



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PESQUISA DE PREÇOS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 47/2023

(Processo Administrativo n.º 60220.000088/2023-00)

Torna-se público que o Ministério da Defesa- Departamento de Administração Interna, por meio da Coordenação de Licitação – Núcleo de Pesquisa de Preços (NUPP), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 08/09/2023

Link: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para prestação de serviços especializados em manutenção e instalação de sistemas de automação para o videowall da sala de reuniões (sala 505), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

ITEM	DESCRÍÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PRAZO DE EXECUÇÃO
01	Contratação de serviços de manutenção com mão de obra especializada em automação de videowall instalado na sala de reuniões (sala 505) com os seguintes objetivos:1) análise técnica de forma geral no equipamento de videowall, com ênfase em reconfiguração do sistema de videowall, que se encontra com perda de áudio (Da Vinci) e vídeo nas portas HDMI (Kramer); eb) configuração do sistema para integração dos microfones da mesa da sala de reuniões com o computador de apoio.	5517	Unid	01	R\$ 1.726,67	R\$ 1.726,67	10 dias úteis

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
- 2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 2.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.4.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 2.4.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
 - 2.4.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
 - 2.4.5. Sociedades cooperativas.
- 2.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.
- 2.5.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

- 3.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.8.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.8.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.8.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.8.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item/lote.
- 4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.3.1 Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4.1 O prazo para envio de proposta e documentações de habilitações até 04 (QUATRO) HORAS. O não cumprimento da solicitação acarretará na desclassificação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.5.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.1.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.1.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.2 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

7.3 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.726,67 (um mil setecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilidade
- 9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;
- 9.13.3. ANEXO III – Modelo de Proposta

Aaprovo, conforme prescreve o inciso VIII, art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

WALDIR F. DAS N. SILVEIRA JR
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador de Despesas**, em 04/09/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6541920** e o código CRC **40660BA4**.

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA N° 69

Processo nº 60220.000088/2023-00

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Contratação eventual de serviços de manutenção com mão de obra especializada em automação de videowall, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QTD.	UF.	VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	Contratação de serviços de manutenção com mão de obra especializada em automação de videowall instalado na sala de reuniões (sala 505) com os seguintes objetivos: 1) Análise técnica de forma geral no equipamento de videowall, com ênfase em reconfiguração do sistema de videowall, que se encontra com perda de áudio (Da Vinci) e vídeo nas portas HDMI (Kramer); e 2) Configuração do sistema para integração dos microfones da mesa da sala de reuniões com o computador de apoio.	5517	01	SV.	R\$ 1.726,67	R\$ 1.726,67
VALOR MÁXIMO E TOTAL ACEITÁVEL:						R\$ 1.726,67

*Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 9 (6218946) conjuntamente com o Mapa Comparativo de Preços (6442047).

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho - NE, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O valor total estimado da contratação é de R\$ 1.726,67 (mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

- 1.3.1. No caso da presente contratação, tendo em vista se tratar de Dispensa Eletrônica de baixo valor econômico, a pesquisa de preços foi realizada junto com a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 7º, §§4º e 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme Mapa Comparativo dos Preços (6442047).
- 1.4. Os itens relativos à essa Dispensa Eletrônica serão exclusivos para ME e EPP, respeitando-se o determinado no art. 48, inciso I da LC nº 123/2006.

Natureza do objeto

- 1.5. Por se tratar de serviços a pronta entrega imediata e integral com o encerramento total ao final da execução, não se aplica a esta contratação, a natureza continuada.
- 1.6. Além disso, os produtos a serem adquiridos classificam-se como “bens e serviços comuns” à luz do inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente pré-definidos pelo Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos, por meio de especificações usuais no mercado.
- 1.7. A contratação não gerará vínculo empregatício e/ou obrigações futuras entre a licitada e a Administração Pública Federal, vedando-se qualquer relação entre entes que caracteriza pessoalidade e/ou subordinação direta, conforme disposto no inc. II, do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bens de luxo, conforme regulamentação do Decreto nº 10.818, de 2021 e do art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

Padronização e Parcelamento da Solução (art. 47, inciso I e II, da Lei nº 14.133/2021)

- 1.9. A padronização dos requisitos da qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança está fidedignamente identificados entre o Catálogo Eletrônico de Padronização e ao objeto ora licitado, de acordo com o inc. LI, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e com a Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.
- 1.10. Por se tratarem de itens comumente encontrados no mercado e, ainda, por existirem diversos fornecedores capazes de fornecer os serviços, materiais e/ou equipamentos supramencionados, entendemos que a presente contratação por item se torna mais viável, pois abarcará um número maior de participantes, garantindo ampla concorrência. Dessa forma, optou-se pelo parcelamento da solução, a fim de viabilizar participação de diversas empresas do ramo, considerando a responsabilidade técnica, garantir uma maior competitividade, ganho de economia de escala com melhores preços praticados no atual cenário do mercado brasileiro e redução de custos para a contratação, evitando a concentração do mercado.
- 1.11. A referida Dispensa será processada através do Sistema de Dispensa Eletrônica, instituído pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, e disponível no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei nº 14.133/2021).

- 2.1. Este Termo de Referência utiliza os dados constantes no Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 9/2023 (6218946), sendo dispensada a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP's, conforme previsto no art. 14 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 e, se for o caso, Análise de Riscos, conforme inciso I, art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022

"Art. 14. A elaboração do ETP:

I - É facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021." (grifo nosso)

e

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;"

2.2. Esse Termo de Referência contém os parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes para identificar a necessidade da contratação, conforme o inc. XXIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

Legislações e Normas legais da contratação para resguardar o atendimento da necessidade:

- 2.3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- 2.4. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 2.5. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- 2.6. Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 2.7. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;
- 2.8. Orientação Normativa CNU/CGU nº 01, de 22 de junho de 2016;
- 2.9. Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022;
- 2.10. Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022;
- 2.11. Instrução Normativa nº 77, de 4 de novembro de 2022;
- 2.12. Instrução Normativa nº 81, de 25 de novembro de 2022;
- 2.13. Portaria GM-MD nº 4.411, de 27 de outubro de 2021;
- 2.14. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS – DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada – Agosto/2022;
- 2.15. Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação - Brasil - Brasília: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023; e
- 2.16. Plano de Gestão do Ministério da Defesa - 2020 à 2023.

Fundamentação da contratação:

- 2.17. A abertura da instrução processual referente ao processo de Dispensa de Licitação baseia-se com fulcro no Art.72 e 75. inc. II, da Lei nº 14.133/2021.

2.18. A presente contratação encontra-se prevista e amparada no Plano de Gestão do Ministério da Defesa - 2020 a 2023 (4945080) de projetos da Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD.

2.19. Neste ponto, o Planejamento Estratégico Setorial (PES) 2020-2031, aprovado pela Resolução nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019, engloba todo o Setor de Defesa, que compreende o Ministério da Defesa - MD, com todos os Órgãos que o integram e as Forças Armadas - FA, e utilizam um método de planejamento, aprovado pela Portaria Normativa GM-MD nº 5.332, de 22 de dezembro de 2021, que direciona as primeiras fases e as descentraliza, buscando o alinhamento estratégico de todos os planejamentos decorrentes

2.20. Assim, os objetivos estratégicos são os resultados que a organização pretende alcançar no período para atender os direcionamentos definidos no PES (ESD), no PPA e nas diretrizes dos dirigentes. Consequentemente são indicadores da **Seção de Operações de Comando e Controle – SC-1.2/SC-1/CHOC/EMCFA** para o Objetivo Estratégico do Órgão, de acordo com PG-MD 2023 "in verbis":

"Objetivo Estratégico 5: Aprimorar a Governança e a Gestão.

Descrição: Fortalecer e aprimorar as estruturas e os mecanismos de governança e de gestão para aumentar a efetividade das ações, com foco nos resultados institucionais."

2.21. Conjuntamente, os objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Organizacional - PAO (6238148), do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA estabelece as respectivas Iniciativas Estratégicas do EMCFA (IEE), mantendo o alinhamento com as Ações Setoriais de Defesa (ASD) das Estratégias Setoriais de Defesa (ESD) previstas no PESD 2020-2031, "in verbis".

"Objetivo Estratégico do EMCFA 3: Empregar o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) em prol da defesa e segurança nacionais.

Iniciativas Estratégicas do EMCFA (IEE): 3.1 – Manter em funcionamento seguro e ininterrupto a infraestrutura de Comando e Controle sob responsabilidade do EMCFA.

Iniciativas Estratégicas do EMCFA (IEE): 3.2 – Aperfeiçoar a estrutura do SISMC².

Iniciativas Estratégicas do EMCFA (IEE): 3.3 – Promover a Interoperabilidade dos sistemas de C² em prol das operações de interesse do MD."

2.22. Ressalta-se que as IEE relacionadas aos Objetivos Setoriais de Defesa (OSD 1 e OSD 2) são de caráter exclusivamente militar, assim, seus respectivos alinhamentos estratégicos constam na Estratégia Militar de Defesa (EMiD).

2.23. Cabe ressaltar, ainda, que foi a presente demanda, objeto deste Aviso de Dispensa de Licitação, encontra-se prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC 2023, constando no Plano de Contratações Anual de 2023 - PCA 2023, conforme detalhamento a seguir:

- **ID PCA no PNCP:** 03277610000125-0-000002/2023;
- **Data de publicação no PNCP:** 19/05/2023;
- **Id do item no PCA:** 940;
- **Classe/Grupo:** 871 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS; e
- **Identificador da Futura Contratação:** 110404-341/2023.

Descrição da necessidade:

2.24. O presente processo tem por objetivo a contratação de empresa especializada para atender a eventual necessidade da Seção de Operações de Comando e Controle – SC-1.2/SC-1/CHOC/EMCFA-MD, possui, dentre outras competências, suprir as necessidades e demandas deste Ministério da Defesa - MD, deste modo, surge a necessidade da presente contratação porque, atualmente, o sistema de automação do videowall tem apresentado falhas técnicas frequentes, tais como: pane nas conexões de entrada HDMI do PDU, inconsistências no compartilhamento de arquivos e na transmissão de vídeos (vídeo sem som), problemas no sistema de áudio "Da Vinci" e no sistema de videoconferência. Isso se dá em razão de os equipamentos possuírem muito tempo de uso e com tecnologia ultrapassada, com garantia e suporte dos fornecedores expirados. Dessa forma, a baixa confiabilidade dos equipamentos tem prejudicado a operação da sala, que recebe grande demanda de reuniões deste Ministério.

2.25. A empresa Contratada para a prestação dos serviços especializados em manutenção e instalação de sistemas de automação para o videowall da sala de reuniões (sala 505), da Subchefia de Comando e Controle, está localizada no Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa AC/MD, Bloco "Q", 5º andar, na Esplanada dos Ministérios em Brasília-DF.

2.26. Nesse contexto, de maneira a alcançar pleno êxito de suas atividades institucionais, almeja-se que a presente contratação atenda às demandas referentes ao Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, visando suprir as suas necessidades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo é que a presente contratação tenha como finalidade prover a automação adequada do videowall à área demandante do Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, de acordo com a sua necessidade, e ainda, que as especificações, dentro dos parâmetros legais, conforme descrito nesse Termo de Referência, visando garantir a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança usualmente chamados de "normas técnicas", bem como a economicidade, ao ciclo de vida e a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental necessárias para aprovisionar a demanda.

3.2. Nesta senda, almeja-se que essa contratação viabilize alternativas que se mostrem mais vantajosas para a Administração Pública, bem como que os objetos ora adquiridos possuam padrões objetivamente definidos no atual cenário do mercado, seguindo estritamente os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Não obstante, não ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações, prevista no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo da devida justificativa que ateste o referido ato.

3.3. Cabe ressaltar que devido a unicidade, ao baixo valor econômico, a baixa complexidade da contratação, a previsão de manutenção de forma imediata e integral (análise técnica e configuração) dos serviços justificam a justeza da prolação para a realização de Dispensa Eletrônica, e vai ao encontro dos princípios de eficiência administrativa e economicidade, pois torna-se mais eficaz e com uma gestão eficiente de controle para o referido ato, diminuindo também os valores homem-hora gastos na elaboração de um processo licitatório tradicional.

3.4. Ao ciclo de vida do produto, almeja-se como objeto de melhor desenvolvimento, a obtenção de matérias-primas, insumos, aplicação de peças, suprimentos, configuração, acessórios e entre outros, todos por uma boa qualidade, e com o custo vantajoso para a Administração, com o processo produtivo sustentável, o consumo e a disposição final devidamente regulamentada e autorizada pelos Órgãos competentes, em conformidade com as legislações vigentes pelos padrões de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2021).

4.1. O licitante deverá estar inscrito no sistema eletrônico “COMPRASNET”, no site www.comprasnet.gov.br.

Critérios e práticas de sustentabilidade ambiental:

4.2. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2.1. Sustentabilidade:

4.2.1.1. A empresa contratada **deverá** observar o Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável e contribuir para a promoção do cumprimento indispensável de diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, de acordo primordialmente com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e em especial os artigos 170, inciso VI e 225, o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, com a Lei nº 12.977/2014, com a Lei nº 12.305/2010, com a Lei nº 12.187/2009, com a Lei nº 9.433/2007, com a Lei nº 6.938/1981 e suas alterações mediante a Lei nº 10.165/2000, com o Decreto nº 99.280/1990, com o Decreto nº 11.413/2023, com a Instrução Normativa /SLTI/MPOG nº 1/2010, com os Atos Normativos pertinentes do CONAMA, com os Atos Normativos pertinentes do INMETRO, com os Atos Normativos pertinentes do IBAMA, com os Atos Normativos pertinentes da ANSIVA, com os Atos Normativos pertinentes da ANEEL, com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada – Agosto/2022 e demais Atos Normativos pertinentes, necessários e suficientes ao assunto.

4.2.1.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, e visando a efetiva adoção e aplicação de critérios, práticas, ações ambientais e ações socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental a CONTRATADA devem ser atendido aos dispositivos dos seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como estabelecer conscientização de todos os envolvidos na prestação do serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente na responsabilidade ambiental e socioambiental.

4.2.1.2.1. Identificar existência de novas metodologias, soluções ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, com menor impacto ambiental negativo no uso de produtos e serviços, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais.

4.2.1.2.2. Demonstrar os resultados pretendidos e alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como de melhoria da qualidade de produtos/serviços oferecidos à Administração.

4.2.1.2.3. Oferecer ao mercado produtos e serviços sustentáveis, como regra geral.

4.2.1.2.4. A contratado deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças, quando o objeto assim a exigir.

4.2.1.2.5. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações.

4.2.1.2.6. Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada.

4.2.1.2.7. A contratado poderá comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (Acórdão nº 508/2013 – TCU Plenário; Acórdão nº. 2.403/2012 – TCU – Plenário e Acórdão nº 1.929/2013 – TCU – Plenário).

4.3. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

4.3.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.3.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.3.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e outros recursos naturais;

- 4.3.4. Reduzir o consumo e evitar desperdício de materiais;
- 4.3.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção de bens e equipamentos e estímulo de serviços sustentáveis;
- 4.3.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 4.3.7. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 4.3.8. Considerar medidas para minimizar a geração de resíduos e rejeitos e prever sua destinação ambiental adequada (Coleta Seletiva adequada); e
- 4.3.9. Adotar normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas.

Da Subcontratação

- 4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
 - 4.4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, dada sua unicidade e por se tratar de "bens e serviços comuns", de acordo com a Lei nº 14.133/2021, com variados números de fornecedores no atual cenário do mercado.

Da Garantia da Contratação

- 4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões abaixo justificadas:
 - 4.5.1. Por tratar-se de serviços de baixo valor econômico e vultuosidade, baixa complexidade técnica da contratação, previsão de entrega de forma integral e imediata, o pagamento se dará após o seu recebimento definitivo e que não geram obrigações futuras a Nota de Empenho - NE de despesa e/ou Ordem de Serviço - OS serão suficientes para firmamento da execução dos serviços, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
 - 4.5.2. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração CONTRATANTE. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

5. VISTORIA (facultativa)

- 5.1. Não se aplica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

Da Execução dos serviços

- 6.1. O prazo de execução dos serviços será de **até 10 (dez) dias**, com início do(a) comunicação oficial recebida e/ou acordada para o início dos serviços, juntamente com Nota de Empenho - NE e/ou Ordem de Serviço - OS, em remessa imediata e integral, na forma que se segue:
 - 6.2. A prestação do serviço a ser executado seguirá as diretrizes administrativas, logísticas e de segurança determinadas pela Seção de Operação de Comando e Controle.

Do Local de execução dos serviços

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.4. Os serviços serão executados no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Defesa - MD, Bloco Q, CEP: 70.049-900 - Brasília - DF, Seção de Operação de Comando e Controle, por meio do ST. Com. (EB) - Alessandro Galina, informando previamente pelo telefone (61) 3312-4929 e/ou e-mail: alessandro.galina@defesa.gov.br, em dias úteis, nos períodos de 09h00m às 12h00m e das 14h00m às 17h00m, que comunicará o demandante para que se verifique e ateste a sua conformidade com as especificações e quantidades solicitadas constantes no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos.

6.4.1. O serviço de manutenção do objeto ora licitado serão executados no Eixo Monumental, na Esplanada dos Ministérios - Ministério da Defesa - MD, Bloco Q, Via N1, CEP: 70.049-900 - Brasília - DF.

6.4.1.1. Será designado(a) o(a) representante técnico 1S. (FAB) - Alex Vasconcellos da Seção Operação de Comando e Controle, para acompanhar e fiscalizar os serviços, telefone (61) 3312-4932 e/ou e-mail: alex.vasconcellos@defesa.gov.br.

Prazo do serviço

6.5. A execução do serviços será iniciada imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho - NE e/ou Ordem de Serviço - OS.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA.

7.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes informações:

7.1.1. Para fins de quaisquer esclarecimentos técnicos e/ou dúvidas pertinentes ao Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos que venham a ocorrer sobre o serviço ora licitado, **poderá preferencialmente** ser consultado(a) condutor(a) da Dispensa Eletrônica, por meio do "chat" do COMPRA.NET, ou por e-mail: nupreg@defesa.gov.br e/ou o(a) Integrante Técnico ST. Com. (EB) Alessandro Galina, através do telefone (61) 3312-4929 e/ou e-mail: alessandro.galina@defesa.gov.br.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021).

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.3.1. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.2. O fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do Contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN nº 5, art. 44, §1º).

8.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN nº 5/2017, art. 44, §2º).

8.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN nº 5/2017, art. 44, §3º).

8.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO.

8.12. A avaliação da execução do objeto utilizará o ateste de Documento Habil, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

8.13. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.14. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.15. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.15.1. Aferição física/quantitativa:

8.15.1.1. Consistindo em verificar a quantidade física dos produtos ora locados para a Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, comparando-a com as quantidades estipuladas na Nota de Empenho - NE e/ou Ordem de Serviço - OS, assim, a aferição pode envolver medições, contagens e/ou inspeções para garantir que o contratado esteja entregando o que foi acordado.

8.16. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

8.16.1. Não produziu os resultados acordados;

8.16.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

8.16.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

DO RECEBIMENTO

8.17. No momento da entrega do objeto, nos prazos indicados no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos, contados do(a) comunicação oficial e dos documentos que lhe dão suporte, a licitada deverá portar o Nota de Empenho - NE correspondente.

8.18. Os serviços serão recebidos **provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, de forma sumária**, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do serviço, contados a partir da entrega do serviço, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.18.1. O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.18.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

8.18.1.2. O CONTRATADO fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.18.1.3. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.18.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do Contrato.

8.18.1.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Contrato para recebimento definitivo.

8.18.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, **devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.19. Os serviços serão recebidos **definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, de forma sumária**, contados do Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.19.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.19.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.19.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor dimensionado pela contratação, com base no instrumento substituto.

8.19.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.19.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

8.20. Será dispensado o Termo de Contrato, sendo o mesmo substituído por Nota de Empenho - NE de Despesa, para formalização das contratações oriundas desse processo licitatório.

8.21. Tão logo seja emitida a Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, ela será encaminhada à empresa, através de e-mail redigido por esse órgão, e será solicitado, no corpo do próprio e-mail, o aceite da Nota de Empenho - NE.

8.22. A partir do Aceite da Nota de Empenho - NE, a empresa deverá enviar os dispositivos, nas condições estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos.

8.23. Caso o endereço da CONTRATADA venha modificar durante cada etapa/fase da execução dos serviços, esta deverá informar prévia e imediatamente a CONTRATANTE.

8.24. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço por item**, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.6. A Lei nº 14.133/2021 faz remissões à estimativa de custos como baliza procedural necessária nas licitações públicas. O art. 23 da referida Lei determina que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado.

9.6.1. Os procedimentos administrativos básicos para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e/ou contratação de serviços em geral foram normatizados pela Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, estabelecendo parâmetros que serão utilizados para a pesquisa de preços no sentido de orientar o gestor na redução e otimização das despesas do Governo Federal, buscando a eficiência, transparência e a efetividade na gerência da coisa pública.

9.6.2. Para identificar os preços praticados no mercado foi adotado o critério de “CESTA DE PREÇOS ACEITÁVEIS”, para a estimativa de preços visando subsidiar o valor de referência, por meio de fontes diferenciadas de pesquisas as quais sejam capazes de representar o mercado, com base nos parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

9.7. Para atingir o valor estimado dos preços praticados no mercado, foi utilizado o critério da Mediana, conforme previsto no art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, 7 de julho de 2021. A mediana é usada quando os preços coletados apresentam maior variação, ou seja, seu coeficiente é acima de 30%.

9.8. Para aceitação das propostas, elas deverão cumprir as seguintes formalidades:

9.8.1. As propostas deverão estar datadas e assinadas pelo responsável pela informação e conter no mínimo: Razão Social, CNPJ, endereço da empresa, endereço eletrônico (e-mail), telefone de contato, logo da empresa e dados bancários para efetuação do pagamento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 52101 (Ministério da Defesa - MD);
- Fonte de Recursos: 0100;
- Ação: 2000 – Administração da Unidade;
- Programa de Trabalho do MD: 05.122.0032.2000.0001 (Administração da Unidade);
- AO: 20X5;
- PTRES: 168606; e
- Natureza da despesa: 33.90.39.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

11. APÊNDICE

11.1. Apêndice I – Histórico de Consumo.

12. RESPONSÁVEIS

12.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ST. Com. (EB) - ALESSANDRO GALINA
 Supervisor da Seção de Operações de Comando e Controle

CAP. QAO (EB) - DARCI GULARTE DE CAMPOS
 Chefe SAA/SC-1

De acordo.

ODILON MAZZINI JUNIOR
 Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais – DESEG

Aprovo, a presente Dispensa de Licitação, de acordo com o inciso VIII, do art. 72 e inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

WALDIR F. DAS N. SILVEIRA Jr.
 Ordenador de Despesas – CGOFI

APÊNDICE I - HISTÓRICO DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD. A LICITAR 2023	QTD. ADQUIRIDA 2018	QTD. ADQUIRIDA 2019	QTD. ADQUIRIDA 2020	QTD. ADQUIRIDA 2021	QTD. ESTOQUE 2022

	1) análise técnica de forma geral no equipamento de videowall, com ênfase nos seguintes pontos: A) Visita técnica para reconfiguração do sistema de videowall, que se encontra com perda de áudio (Da Vinci) e vídeo nas portas HDMI (Kramer); e B) Configuração do sistema para integração dos microfones da mesa da sala de reuniões com o computador de apoio.	01	00	00	00	00	00
--	---	----	----	----	----	----	----

AGU - Assuntos - Composição - Consultoria-Geral da União - CGU - Modelos de Licitações e Contratos - Modelos da Lei nº 14.133/2021 – Modelos da Lei nº 14.133/2021 para Contratação Direta - **Termo de Referência Contratação Direta Serviços**.

Atualização: Junho/2022 - Acessado em 21 de agosto de 2023, às 10h:30min (horário de Brasília/DF) no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta>.



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador de Despesas**, em 24/08/2023, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Galina, Supervisor(a)**, em 24/08/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Darci Gularte de Campos, Assistente Técnico(a) Militar**, em 24/08/2023, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Mazzini Junior, Diretor(a)**, em 24/08/2023, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6486156** e o código CRC **BBDF29C3**.

Brasília, 19 de julho de 2023.

Solicito a gentileza de informar os valores para os itens abaixo relacionados

Item	Especificação	Un	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	Contratação de serviços de manutenção com mão de obra especializada em automação de videowall instalado na sala de reuniões (sala 505) com os seguintes objetivos: 1) análise técnica de forma geral no equipamento de videowall, com ênfase em reconfiguração do sistema de videowall, que se encontra com perda de áudio (Da Vinci) e vídeo nas portas HDMI (Kramer); e b) configuração do sistema para integração dos microfones da mesa da sala de reuniões com o computador de apoio. Problemas apresentados. Obs: pane nas conexões de entrada HDMI do PDU, inconsistências no compartilhamento de arquivos e na transmissão de vídeos (vídeo sem som), problemas no sistema de áudio "Da Vinci" e no sistema de videoconferência	SV	1		

P R E Ç O G L O B A L

1. O orçamento poderá ser enviado para e-mail renato.carvalho@defesa.gov.br.
2. **Telefone:** (61) 3312-4036
3. Caso seja respondido neste pedido de orçamento, solicito preencher os campos abaixo.

Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao presente orçamento, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do pedido.

Validade da proposta

180 (cento e oitenta) dias

Prazo de
execução/entrega:
_____ dias.

Data

____/____/____

Carimbo e assinatura